

Do Mediterrâneo ao Atlântico: os erros de Ulisses até Olisipona, no Ocidente

AIRES A. NASCIMENTO
Lisboa – Fac. Letras

1. Um lugar frente ao desconhecido. Que há de comum, para o homem antigo, entre o Mediterrâneo, “mar cavado entre montanhas, uma chanfradura que liga as três partes do Velho Mundo”¹, e o Atlântico, oceano aberto, a perder de vista? De um lado, tem-se um mar que é um lago familiar onde os homens se habituaram a viver “como formigas ou rãs em volta de um charco”², capazes de conhecer todas as pregas das rochas costeiras para se orientarem nas suas deambulações; do outro lado, chega-se a um oceano em que a imensidão das águas esconde o mistério, sem limites definidos e sem referências de orientação. Que circunstâncias poderiam facilitar ou impor a passagem de um lado ao outro e que herói seria capaz de franquear as portas onde Hércules cerrara os limites dos seus trabalhos? Os Fenícios, por certo, galgaram essas fronteiras em busca de produtos de comércio e provavelmente as *Makaron Nesoi* não são outra coisa que a transposição grega de uma referência geográfica instituída por eles através de um nome de divindade (Melkart) numa ilha distante (nas Canárias actuais)³. A apropriação é feita pelos gregos, que mitificam o mundo e o cantam pela voz de Hesíodo antes de o expressarem pelos cálculos dos seus matemáticos⁴. Mas, a eles, os gregos, apenas acostumados a movimentar-se entre as ilhas espalhadas pelo Mediterrâneo, permitiria Atlas, colocado às portas do desconhecido, franquear os limites do mundo a que preside?

As Colunas de Hércules figuravam esses limites⁵. A Atlântida (em lugar mal definido como reino dos Atlantes – descendentes de Poséidon) funcionou como local de utopia do passado – contraponto de uma realidade em construção e sentida como imperfeita⁶. Não se caminha para o que desapareceu na voragem de um cataclismo e, pelo menos na Antiguidade, não se faziam prospecções arqueológicas; fosse ou não a Atlântida imaginada no antigo reino de Tartessos, o fascínio terminava no mito e não na procura da sua localização a Ocidente. Por outro lado, o confronto com o desconhecido do mar não poderia senão ser conotado com a desmedida (*hýbris*) que tinha o castigo infligido pelos deuses e cujas consequências se traduziam na perda de vidas por entre as ondas revoltas e pelo esquecimento de horizontes de orientação, ficando assim inviabilizado o regresso de qualquer aventureiro.

Para lá das Colunas de Hércules, o mito colocava as Ilhas Afortunadas, onde os deuses prometiam sentar à mesa os heróis imortalizados. Porém, antes da morte ninguém aí teria acesso e os heróis deviam limitar as suas façanhas ao território comum ou ao *Mare Nostrum*, ainda que alguns aventureiros ultrapassassem os limites consentidos ao “efeito do real” (como aquele que deu origem à *Ora Maritima*). Nas fronteiras do *Finisterra*, sobre as margens do Atlântico médio, entre o Promontório Sacro, a Sul, e a Ponta que, a Norte, delimita o *Mare Gallicum*, assentaram-se homens que, ou empurrados do centro para a periferia ou decididos a ir até aos confins da terra⁷, ao longo da história se haveriam de reclamar do herói grego Ulisses, invocando a

semelhança do seu nome com localidade situada no promontório europeu mais ocidental.

Olisipo (situada nesse promontório em que só o horizonte separa as terras e o mar – Plin., *Nat.* 2. 14, 4, 113) representa, a Ocidente, essa cidade de *finisterra*, onde os homens se detiveram frente ao oceano – olhando o futuro, como enunciou em dias mais próximos de nós o poeta Fernando Pessoa, e imaginando o passado como garantia de êxito. Tem essa cidade traços da romanização, embora não tão largos como os de Mérida, a antiga capital da província da Lusitânia, a que pertenceu administrativamente⁸. Tem um nome que remonta a outras memórias; a ele se tem procurado inutilmente dar significado transparente, mas a etimologia não é segura e não permite assegurar motivação certa quanto a uma interpretação correspondente a factores geográficos (acidentes orográficos ou amenidade climática).

Segundo os geógrafos, *Olisipo* representa no extremo ocidental a transposição de um processo urbano que, “começado no Levante, se estende pouco a pouco a todo o mar interior e transbordou para as costas oceânicas mais próximas”⁹. Porque lhe foi associado o nome de Ulisses, o herói grego que, segundo os poemas homéricos, não terá passado de Ogígia, algures no Mediterrâneo¹⁰? Certamente não apenas pela semelhança de formas, em aceitação de que *nomina sunt numina* (na interpretação de Max Müller) e de que cada nome esconde um destino particular. Seria pouco que a referência fosse aceite apenas para alimentar uma ilusão ou tão-só para esconjurar medos.

Poderíamos alongar-nos sobre o que representa Ulisses como herói dos limites: é atirado para além dos “homens que comem pão”; não fica pelos “espaços dos homens afastados”, como Menelau; entra “nos espaços dos não-humanos”, tanto do mundo animal (corre o risco de ser transformado em irracional por Circe) como do mundo divino (Calipso promete-lhe a imortalidade) e do mundo dos mortos (onde consulta Tirésias), tendo tido para isso que passar para além da corrente do Oceano que rodeia a Terra¹¹. Segundo a elaboração de Dante (*Inferno*, XXVI), Ulisses é o homem fascinado pelo desconhecido e condenado por acrescentar a outras culpas a de incitar os seus companheiros a buscarem tal desconhecido sem *virtute e conoscenza*, ultrapassando, em *follo volo*, as Colunas de Hércules, limite previsto por Deus para o mundo dos homens¹².

Não seremos nós que iremos discutir a geografia do périplo odisseico nem tão-pouco assumir que o poema tem carácter didáctico para destinatários que gostavam de ser informados sobre o que poderia esperá-los na bacia mediterrânica ou presumir que há nele uma mensagem iniciática de quem se liberta de propensões menos nobres (aspecto que nos parece tardio e fruto de contaminações na leitura de Homero). Certamente Ulisses é um herói multifacetado ou plurimorfo na longa duração dos leitores¹³. Mais que tudo, nas suas limitações, Ulisses é profundamente humano e está fundamentalmente empenhado em regressar para envelhecer em companhia de sua esposa, desinteressado até da hipótese de ficar a fruir de uma mulher perpetuamente jovem. Como se pode ter transformado em herói simbólico de uma cultura se o seu trajecto é menos de projecção que de regresso?

Interessa-me perguntar apenas por que motivos se associa o herói grego à cidade do extremo Ocidente. Razões há que encontrá-las na vontade de, através de um nome, sugerido pela denominação do lugar e lido nos textos, estabelecer uma ponte (levadiça como todas as que se erguem sobre o tempo e são resultado de leituras) para volver ao seio das recordações da família espalhada pela larga ecúmena, já que Ulisses era o protótipo homérico (e por isso primigénio) do regresso retardado, mas consumado. Com tal referência esses homens ocidentais ousaram quebrar o isolamento e a marginalidade, procuraram retemperar o arcaísmo e a rudeza, que sobre eles pesou por se terem

afastado de um centro geográfico e cultural, e com isso consagraram uma integração que lhes deu um novo alento, com direito a inscreverem-se na memória comum.

2. Ulisses, o fundador reivindicado. Os tempos fortes do processo de apropriação do nome do herói pertencem ao período do Renascimento Humanístico português, com o intuito de conferir maior glória à cidade de Lisboa que, ao tempo, se agigantava perante o mundo por ter sido a partir dela que se alargavam os mares e se constituía um novo convívio de povos. De facto, não se constrói sobre o vazio a aura de glória, mas sobre os testemunhos que vêm de longe, em processo de transferência e de amplificação. A base de maior autoridade procedia do texto da *Geografia* de Estrabão, lido por André de Resende¹⁴. À leitura sobrepõe-se um processo de transformação concomitante à transferência para a cidade do ocidente extremo o que a tradicional legenda geográfica colocava noutra cidade situada em ponto distinto da Península, a Sul – na Turdetânia, na província de Granada, geograficamente desaparecida e cuja memória se havia esquecido¹⁵. Opondo-se a Lorenzo Valla, Resende valoriza a semelhança das formas entre o nome do herói e o da cidade do ocidente e argumenta com uma tradição de séculos, na qual Isidoro de Sevilha tem relevo particular.

Retomando o processo analítico, reconheceremos que há traços que manifestamente não figuram no texto primitivo do geógrafo grego, mas são transformações do mito. Todavia, nem o exercício humanista de Quinhentos é inesperado nem deve ter surpreendido os seus leitores habituados a outros textos¹⁶, pois a tradição vinha de longe e ganhara raízes.

Tem sido esquadrihada ao longo dos tempos essa tradição¹⁷. Nós próprios acrescentámos tramos de continuidade, mas sem lhe perceber imediatamente o sentido da sequência. Detivemo-nos, noutro momento, sobre uma variante do *Passionarium Hispanicum*¹⁸, que um novo testemunho manuscrito, por nós identificado, e que julgamos poder situar por volta de 1140, nos facultava¹⁹. Alguns outros dados exigem retoma e integração num processo que se prolonga por séculos e se alarga até fazer de Ulisses o fundador de uma cidade, deixando em surdina a figura de navegante perdido para lhe garantir o êxito de uma chegada a porto de abrigo – que o acolhe, sem o reter mais que o tempo necessário para garantir descendência que assegure prolongamento de nome e de fama.

Não há que fazer escala pelos autores mais antigos²⁰, já que o próprio André de Resende se encarregou de encadear as referências que mais lhe interessavam para colher motivações ou constituir distâncias²¹. Se Estrabão é a primeira autoridade a ser referida e utilizada, a motivação que nele se lê merece, ao tempo, tanto maior crédito quanto remonta a autores que estão próximos do que atestam (Posidónio, Artemidoro e Asclepiades de Milreia – este, “homem que na Turdetânia ensinou gramática e constituiu uma descrição dos povos dessa região”); a informação acaba por reverter para o poeta de maior fama e conceder-lhe a ele, que é Homero, razões de veracidade histórica e à legenda do herói, que se prolonga, sustentação credível.

No geógrafo lê-se: “a expedição de Ulisses realizada até à Ibéria, juntamente com a passagem por aí de Hércules e dos Fenícios deram-lhe [a Homero] a base histórica para construir a *Odisseia* a modo de como tinha construído a *Iliada*, embora convertesse a história em mito, como é próprio dos poetas”²².

Dois cidades de nome similar evocam o herói, lembra Estrabão: *Odisseia* e *Olysipón*²³. Ora, se *Odisseia* se perdera na voragem dos tempos, *Olysipón* tem ubiquação certa e referências vivas nos textos antigos. Na realidade, *Olysipón*, situada na embocadura do rio Tejo, gozava de algum lustre nos dias do geógrafo grego, pois aí se dera uma actuação particular de Décimo Júnio Bruto, em 137 a. C.²⁴, e se

desenvolvera um *municipium* de alto prestígio²⁵. A tradição perdeu a memória da antiga cidade do Sul, mas acentuou traços da cidade atlântica: assim acontece com Plínio, o Velho²⁶, e com os geógrafos e historiadores que se lhe seguem. O contraste entre a forma primitiva dos nomes (pormenor mais importante para o tempo que para nós) pode confundir, mas não invalida as transferências e as associações: em Pompónio Mela²⁷, a forma de *Olisipo* é já *Ulissipo*, e a associação com Ulisses como fundador está manifesta, tempos depois, em Solino²⁸, embora com falha na latitude geográfica. A formulação repete-se em Marciano Capela²⁹. Isidoro de Sevilha, por sua vez, não tem dúvidas em retomar a doutrina estabelecida pelas fontes e serve-se da nova grafia (correspondente ao novo estado de língua – a *lingua mixta*)³⁰.

As versões dos textos da tradição serão glosadas ao longo do período medieval. Um relato da conquista de Lisboa, em 1147, por um cruzado inglês (possivelmente a identificar com Raul de Glanville³¹), usa a forma *creditur* para se referir ao fundador: *ab Ulixepidum Ulixbona conditum creditur*. A diferença entre *ferunt*, de Capela, e *creditur*, do cruzado, parece reduzir o horizonte de fiabilidade; pode, no entanto, ser interpretada como derivando de uma opinião recebida localmente, sem excluir, porém, doutrina das fontes³². De facto, no mesmo contexto, um outro cruzado, de origem teutónica, Arnulfo, também ele integrado na mesma operação militar, endossa a atribuição de origem odisseica a fontes sarracenas³³. Ajustando os dados, não custa admitir que os testemunhos eram recolhidos entre os habitantes da cidade conquistada aos mouros, que se valiam de tradições que davam prestígio à sua cidade e permitiam rebater os argumentos de direito a posse sustentados por parte dos muçulmanos³⁴.

Tal afecto pela lenda encontra-se noutras fontes de constituição cronologicamente próxima. Assim, na *Vita prima beati Antonii*, escrita logo após a morte do santo, em 1232, ao indicar-se o lugar de naturalidade do santo (Lisboa), o hagiógrafo não tem dúvidas em acentuar que se trata de cidade *que ab incolis nuncupatur Ulixbona, eo quod, sicut vulgo dicitur, ab Ulixep bene sit condita*. O jogo etimológico recorre aqui a um expediente conhecido, o da decomposição da palavra por confronto com formas de uma hipotética aglutinação (*Ulixes* e *bene*). Ora, se esta era a lição original, o responsável pelo manuscrito português de Alcobça não a considerou suficiente, pois, repõe a referência à tradição literária, acrescentando de seguida: *Et Ysidorus in libro Ethimologiarum de eadem civitate dixit: Olisipona, quasi ab Ulixep posita; et secundum quod historiographi dicunt, ibi celum et mare distinguuntur a terris*. Assim, o *scriptorium* português (possivelmente o da catedral de Lisboa, onde Alcobça vai buscar o elemento material³⁵) recupera para a sua terra, de forma mais explícita, os créditos de nobilitação, valendo-se de referências eruditas – de Isidoro e de Plínio.

Processo similar de exploração etimológica sobre base popular está atestado na *Crónica Geral de Hespanha de 1344* de Afonso X, o Sábio. Novidade é agora que o primeiro elemento deixa de reportar-se ao herói grego para passar a um neto dele, seu homónimo. Novidade é também que o segundo elemento é dado como sendo nome da filha *Bona* de Ulisses³⁶. A radicação familiar é aspecto que encontraremos mais tarde e que julgamos não ser anódino.

É ainda o mesmo processo que se regista no texto castelhano da *General Estoria* do mesmo Afonso X. A referência agora é outra: explora sobretudo o motivo de uma carta de Penélope a Ulisses e tece uma narrativa em que o herói, ao pretender regressar a Ítaca, após o cativoiro onde o tivera Circe, é arrastado por ventos para o ocidente atlântico e desembarca numa enseada onde funda uma cidade, que designa pelo seu próprio nome e pelo qualificativo “bona” (em recordação do lugar que era o melhor que havia encontrado)³⁷.

Esta flutuação nas versões afonsinas demonstra como o processo de adopção do mito não estava concluído e de como era explorado segundo interesses de momento. Em nota de erudição que lhe permite colocar a salvo a variante, acrescenta Afonso X que quem deseje saber mais sobre a fundação de Lisboa leia a Papias: é uma forma de criar autoridade, mas infelizmente não conseguimos até hoje controlar o conteúdo por testemunho correspondente (se é que ainda existe)³⁸.

Não parece que o dado estivesse activo no início do séc. XV, pois ele não figura entre os predicados de Lisboa que um arauto português ao redigir, em 1416, o seu *De ministerio armorum*³⁹ lhe aplica; embora trace da cidade um rasgado elogio (“insignior omnibus aliis de regno et quedam ex nobilioribus quatuor Hyspanie”), efectivamente, não explica a etimologia (elemento que explora sempre que possível⁴⁰) nem retém qualquer elemento sobre as suas origens.

No entanto, se não parece elemento activo neste último texto, nem por isso devia estar esquecido e menos disponível. Por alguma razão, efectivamente, Lorenzo Valla, quando, em 1445-46, ao serviço do rei de Aragão, redige *Historiarum Ferdinandi regis Aragoniae libri tres*, defende o prestígio da área hispânica de que é corifeu e dá o remoque de que em Portugal (*in Portugalia*) alteram o nome *Olisipona* para *Ulixbona*, a pretexto de uma base etimológica sobre a forma de *Ulysses* – o que, acentua, é esquecer que tal nome é latino e não serve para remontar ao herói homérico; se referência grega havia, apontava o erudito, devia ela ser reconhecida (*sit uenia dicto*) no segundo elemento da palavra *-hippoi* (em que mito – das éguas fecundadas pelo vento – e realidade se cruzavam⁴¹). O humanista italiano, nega que a forma latina de *Ulisses* sirva para fundamentar o nome e contesta também que o herói alguma vez tivesse navegado tão longe (*praeterea Ulysses illuc non nauigasse*⁴²).

Por muito que o exercício crítico de Valla seja louvável, o desprestígio lançado sobre as fontes antigas deixava caminho aberto para a refutação. Estabelece-a André de Resende, com o atraso de um século, e passa, por um lado, pela revisão da grafia do nome (apenas um *s* e só um *p*, segundo os testemunhos epigráficos⁴³) e, por outro, pela reivindicação de que a *Ulysseia* de Estrabão corresponde à *Olisipo* de Solino, fundando-se na identidade de formas dada por Varrão e Ptolemeu; além disso, deixa pairar a hipótese de um nome anterior da cidade ter sido alterado logo pelo próprio Ulisses⁴⁴. O humanista português responde à letra quanto aos elementos formais⁴⁵. Em texto poético e na explicação que lhe anexa, Resende junta elementos dispersos e forja toda a lenda com traços fabulosos: o herói, em viagem pelo Oceano, impelido pelos ventos, que lhe alteram o rumo, interna-se pelo golfo do Tejo, descobre a fertilidade dos campos; sente-se reconfortado com o facto de se entender com os indígenas na própria língua (na base de que eram descendentes de Luso, filho de Dioniso⁴⁶); a conselho de Palas Atena, constrói uma pequena muralha e levanta um templo à deusa – gestos de fundação que não enganam. Aqui teria ficado para sempre, comenta Resende, se, dez anos volvidos, o amor pela esposa, pelo filho e pelo velho pai o não fizesse regressar à pátria⁴⁷.

O mito saía assim das reminiscências da tradição erudita para a efabulação por contaminação de dados⁴⁸ e é de tal modo aceite de imediato que homens como Damião de Góis⁴⁹ se vergam à autoridade de Resende. Camões recolherá o mito e dar-lhe-á voz épica. Parece ficar longe da memória a radicação do herói por laços familiares que possam atestar perenemente a sua vinda. O mito voltará a eles mais tarde.

3. Um território de fim do mundo: o Elysium. A construção assim elaborada não esgota os traços da legenda. Há um outro que é cumulativo mas procede de origem diversa. A. Resende sublinha a amenidade da região onde Ulisses funda a nova cidade. Não é traço por ele acrescentado. Segundo Estrabão, a cidade de *Odyssseia* situava-se na

região que Proteu havia descrito a Menelau como sendo o *Elýsion Pedion*, nos confins da Terra, “onde reina o ruivo Radamante, onde os humanos gozam uma vida feliz, livres da neve, do gelo e da chuva, e onde, no seio do Oceano, se levanta a brisa suave e fagueira do Zéfiro”. Este passo da *Odisseia*, IV, 563, é comentado pelo geógrafo da seguinte maneira: “A pureza do ar e a suave influência do zéfiro são efectivamente características próprias da Ibéria depois de dada a volta completa para o lado do Ocidente; possui ali um clima verdadeiramente temperado e, além disso, está situada nos últimos confins da terra habitada, isto é, nos lugares extremos, onde o mito, como dissemos, colocou o Hades, pois a menção de Radamante nos versos citados implica a proximidade de Minos e, como é sabido, diz Homero: «Ali vi a Minos, o nobre filho de Zeus, que, com o seu ceptro de ouro na mão, administrava a justiça aos mortos»⁵⁰. Na zona ocidental da Ibéria, frente ao Atlântico, segundo o geógrafo, havia uma região de felicidade, de que as *Ilhas dos Bem-aventurados*, que lhe ficavam na vizinhança⁵¹, não seriam mais que um prolongamento.

É largo o percurso do mito das Ilhas Afortunadas – *Insulae Fortunae siue Fortunatorum*, na designação criada pelos latinos⁵². Vários são os prolongamentos medievais. Recordemos apenas alguns: no mapa da dispersão apostólica incluído nos Beatos⁵³ uma cartela explícita a sua localização frente à desembocadura mediterrânica no grande mar do Atlântico; a *Navigatio Brendani*, cuja tradição mais antiga está em testemunhos de origem hispânica⁵⁴, conduz o protagonista com os seus monges ao encontro de uma ilha a ocidente, onde avistam o paraíso; um pequeno texto intitulado *De solistionis insula magna* (que dois manuscritos de Alcobaça do séc. XIII testemunham, mas cuja origem deve remontar tão longe como o séc. X) situa a ocidente uma pequena ilha onde a experiência celestial cumula de felicidade um eremita que ali se aventura a partir até ela, depois de a avistar numa subida à Torre de Hércules⁵⁵; numa ilha afortunada, a Ocidente, se teria refugiado o rei Rodrigo com os cristãos fugidos à moirama e aí se teriam fundado Sete Cidades⁵⁶, cada uma das quais seria governada por um dos sete bispos que acompanhavam o rei e aí salvaguardavam a fé cristã⁵⁷, até ao momento em que os descobridores portugueses aí chegaram no tempo do Infante D. Henrique, em meados do séc. XV⁵⁸, ou em que a presença muçulmana é posta em xeque (em Ceuta, no ano de 1415) e está prestes a ser dissolvida (a conquista de Granada, em 1492, completa o ciclo da libertação que começara na Reconquista e se alargara pelo mar até às Índias – para Ocidente, em 1492, por Colombo; para Oriente, em 1498, por Vasco da Gama).

O nome de *Elysium* concorre com essa designação e acaba por se cruzar com o de Lisboa. Venâncio Fortunato, no séc. VI, não tem dúvidas em saudar Martinho de Braga como um novo Adão colocado por Deus em novo paraíso, no Elísio, a ocidente⁵⁹. Designação vaga em Fortunato, é identificada pelo vocabulista Papias com as Ilhas Afortunadas (seja de onde for que ele toma informação (*Elysii campi (...) secundum philosophos, insulae fortunatae*) tem na *Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana*⁶⁰, do séc. X, outra localização na forma *Elisponia*, dentro da chamada *divisio Constantini*, fazendo parte da *quinta metropolis*, de que Mérida é cabeça. O último editor dessa crónica não teve dúvidas em identificar *Elisponia* com Lisboa, tanto mais que tem correspondência em fontes paralelas, sob a forma *al-Usubuna* (nas listas de al-Bakrî, em adaptação árabe)⁶¹. Na variante *Elissipona*, aparecia na entrada para os Mártires de Lisboa, no dia 1 de Outubro, no Martirológio dito de Floro⁶², já em finais do séc. VIII.

Outras associações com o nome de Ulisses surgem e nem sempre é fácil percebê-las, pois os traços andam muito apagados. Demo-nos conta de uma, ao atentarmos na tradição manuscrita do *Passionarium Hispanicum*, justamente na comemoração dos Mártires de Lisboa apresentada pela *Passio Verissimi, Maximae et Iuliae*, para o dia 1

de Outubro. Editores houve que emendaram o texto com base em Isidoro, no passo acima referido⁶³, eliminando com isso um dado que se afigurava estranho. Não nos parece que assim deva ser, se tivermos em consideração os vários testemunhos do texto. Assim, o exemplar do *Passionarium Hispanicum* que pertenceu ao mosteiro de Lorvão (a que já nos referimos), em vez de *ab id* atesta: *ab Idis seu Ulixé*⁶⁴. A lição deverá ter causado estranheza ao copista, mas, diferentemente do que noutra testemunha faria mais tarde um outro no *scriptorium* de Toledo, não a eliminou.

Se há uma correspondência entre dois nomes relacionados com um herói fundador, há que saber identificar *Id / Idis*. Não seria de todo estranho que a forma remanescente remetesse para *Elissipona* e sobre ela se recuperasse um epónimo (como se fizera sobre *Ulixbona / Ulissipona*). Outra associação possível seria a do texto de Estrabão, onde *Elýsion* aparece, mas não há que supor que o geógrafo fosse lido em séculos tão tardios.

Não era isso, contudo, que resolveria a questão. Efectivamente, a frase do *Passionarium* exige um agente em plano de igualdade com Ulisses: *in Olixbonensem ciuitatem que in oceani littore et Tagi fluminis ripa ab Idis seu Ulixé conditam memorat et retegít antiquitas*. Em estilo correspondente ao de Isidoro, pretende-se basear a tradição em autoridade consagrada (*memorat et retegít antiquitas*). Para o caso, poderíamos admitir que o hagiógrafo estivesse a reportar-se a alguma lista de cidades que apresentasse o respectivo fundador; no caso, a influência de Isidoro (*Etim.* 15, 1) seria decisiva para preservar o epónimo. Admitindo que houvesse decomposição da palavra para tal efeito, poder-se-ia chegar a *Id / Idis* como resíduo último de uma forma de antropónimo / mitónimo.

Seria ir longe demais apontar para *Elis < Elisa*, alternativa para o nome de Dido, também ela fundadora de cidade; ora nada nos levava para tal associação⁶⁵.

Outro caminho seria admitir que o autor tomasse a cidade pela região e ajustasse o epónimo; nessa hipótese, o processo levar-nos-ia a *Lusitania* e com isso ao célebre passo de Plínio (*NH* 3, 1, 8) em que o topónimo é explicado a partir de *lusum Liberi patris aut lyssam cum eo bacchantium*⁶⁶: poderíamos admitir que *Liber* é equivalente a *Bachus* e este a *Elius*, como registam os vocabulários medievais⁶⁷.

Facto é que todo este esforço de conjecturas não resiste à deriva e deformação do texto testemunhado.

4. Uma história de radicação e de retorno. A deformação para *Idis*, no caso do testemunho lorvanense, ou para *id*, nos outros testemunhos, colocava-nos perante uma deriva que durante algum tempo não conseguimos esclarecer nem explicar⁶⁸. Porém, um outro dado se nos apresentou. Numa lenda (que não escapou aos eruditos portugueses e espanhóis de finais do séc. XVI e seguintes⁶⁹, mas por outros motivos), Ulisses, nas suas errâncias para Ocidente, após a queda de Tróia (pelo ano 1215 a.C.) chega ao Tejo; desembarcando perto da foz ou internando-se pelo rio, tem de enfrentar-se com o rei da terra – Gárgoris / Górgoris (nome que os autores explicam como significando melícola, por ter sido o primeiro a aproveitar o mel e o primeiro também a estabelecer a agricultura, abandonando a pastorícia); mau grado a desconfiança do rei, Calipso, sua filha, enamora-se do estrangeiro e este cede aos seus encantos; daí nasce um filho, facto que enfurece o velho monarca, o qual, considerando-se desfeitoado e traído⁷⁰, persegue o intruso (que se vê obrigado a fugir e demandar a sua terra); uma vez nascida a criança, o rei manda colocá-la junto da margem do rio Tejo para que as águas o arrastem e eventualmente o façam desaparecer: é ela metida num cesto e deposta na berma do rio (como no relato bíblico sobre Moisés); a corrente arrasta a criança para um local arborizado e uma corça vem cuidar dela (tal como a loba romana tratara dos dois gémeos)⁷¹; passados vinte anos, o desconhecido é descoberto por uns caçadores e é

levado ao rei Gárgoris, que está velho e doente; admitido no palácio, é identificado por sua mãe, Calipso, através de uma cicatriz que ficara a marcar os primeiros dias após o nascimento (tal cicatriz teria sido provocada por Gárgoris para que ninguém o enganasse quanto à identidade do neto); finalmente, demonstrando ele grandes habilidades, o estranho é adoptado pelo rei como seu sucessor e toma o nome de Ábis / Ábide (*Habis*, *-īdis*, na forma normalizada latina); tendo subido ao trono, quis o novo rei fundar uma cidade no local onde vivera os anos de exclusão e dá-lhe o nome de *Esca-Abidis*, ou seja, “manjar de Ábide”, por ali ter sido alimentado. De *Esca-Abidis* teria derivado o nome de *Scalabis*, nome romano mais tarde transformado em *Scalabicastró*⁷².

Facto é que esta lenda não passa de uma transposição e amplificação de um passo de Justino, 44, 4, 1, onde se narra a história de Gárgoris e Ábide, em Tartessos. Não é possível perceber todos os meandros da recepção (transmissão e utilização) dessa lenda, mas serve ela para explicações etiológicas de fundação, emprestando às cidades pergaminhos de nobreza. Segundo os eruditos do séc. XVII, Santarém, situada a cinquenta quilómetros de Lisboa, seria a cidade que melhor correspondia ao lugar da lenda – pois a designação dos tempos romanos a isso se prestava⁷³. No entanto, o *Passionarium Hispanicum*, ao dar-nos uma alternativa, *ab Idis seu Ulixé*, em que se escondem presumivelmente formas primitivas, que seriam *ab Abide seu Ulisse*, deixa em evidência que a referência é Lisboa / Olisipona ou Elissipona ou e não Santarém / Scallabis. Se admitirmos a ocorrência de fenómeno da haplologia no sintagma nominal, teremos razões para admitir um elo de uma tradição longa em que já os elementos da lenda se sobrepunham – o de Isidoro e o de Justino – sem se saber como conjugá-las⁷⁴.

5. Motivações: entre recuperações e alargamentos. Enfim, a tradição tem a sua deriva, mas não pode subsistir sem motivações que a justifiquem. Reclama ela uma explicação o que induz a tentar processos de recuperação. Como se explica que elementos desgarrados se tenham aglutinado ou depois se tenham voltado a desagregar? Pura erudição? É difícil ou mesmo impossível admiti-la para tempos tão altos como o do *Passionarium Hispanicum* ou para a *Chronica Gothorum* cujos testemunhos evocámos. É mais provável que as razões sejam outras e se devam a persistência de relações que associavam memórias a lugares em que se davam assentamentos de grupos.

De facto, Lisboa manteve frequentes contactos comerciais com o Mediterrâneo no período imperial e nela se tinha estabelecido uma colónia de comerciantes orientais que ainda se documenta no séc. VI e VII⁷⁵. Terão estas comunidades servido à própria implantação do Cristianismo nestas paragens⁷⁶; em Lisboa, a comunidade cristã contava no séc. IV com um bispo cujo nome parece denunciar origens gregas: chamava-se Potâmio, personalidade dúbia na fé, acusado por uns de menor ortodoxia e suspeito de seguir os ditames do poder político, mas que é emblemática da importância de um assentamento religioso qualificado⁷⁷. Terão essas comunidades servido para guardar referências que de outro modo se teriam perdido? Em hipótese, não há que excluir a possibilidade.

As revivescências não são também menos de tomar em consideração. No caso concreto do mito de Ulisses, os momentos de maior relevo envolvem a afirmação de uma cidade, primeiro, e, depois, a defesa de uma nacionalidade ameaçada (por incorporação em Castela, no séc. XVI-XVII). Não são líquidos todos os momentos dessa tradição, não é fácil reconstituí-la sobre os fragmentos que restam, nem é clara a deriva, mas haverá pelo menos que não lhe perder os últimos lampejos, porque nisso vai o sentido de continuidade de uma cultura. Porque sobre isso repousamos. A

continuidade, por entre as descontinuidades, faz parte de uma memória que resiste no vigor da leitura. Se, como lembrou R. Menéndez Pidal, por vezes basta um fóssil para remontar à espécie⁷⁸, os nomes, que são mais lábeis que os materiais, porque andam nas mãos de todos, não são menos operativos para conduzir, se não à história documentada, pelo menos à memória dos homens que são mais importantes que os acontecimentos – já que são eles que os interpretam.

Lisboa disputou a apropriação de lendas antigas; fixando o epónimo em Ulisses, pretendeu também assegurar a possibilidade de reclamar que algum descendente dele lhe garantisse também patrocínio, como seria o caso do lendário Ábide, filho de Calipso (ninfa também transferida para Ocidente e tornada filha de um mortal). De qualquer modo é sobre a Antiguidade que se escreve a imagem do que resta. Com ela consolidamos a certeza de que os elos de uma cultura comum se estendem por uma ecúmena alargada em que as diversas zonas assumem a seu tempo a linguagem que mais convém ao seu percurso.

6. A memória que reintegra. Enfim, a associação do nome latino da cidade de Lisboa com o do herói grego Ulisses tem uma longa tradição: erudita em André de Resende, literária em Luís de Camões, criativa em Fernando Pessoa. Os momentos intermédios ou anteriores não são de ter menos em conta, pois, se os mais conhecidos reflectem um ponto cimeiro, eles são resultado de um processo alargado em que as formas da linguagem têm função determinante e a cativação de títulos de glória para uma cidade é motivação evidente.

Por equivalências sucessivas de *Olisipo* ao epónimo grego, mediante a correspondência com a forma grega *Odysseia*, André de Resende⁷⁹ tenta evitar recriminações formuladas um século antes por Lorenzo Valla⁸⁰; simultaneamente, assenta argumentos de glória para a cidade do Tejo que, ao tempo, se agiganta perante a Europa com o comércio desencadeado pelos feitos marítimos dos homens que dela partiam para o mundo inteiro – *quae nunc clarissima toto / cognita in orbe*. Não bastava que os novos feitos superassem os dos antigos – como, por volta de 1448, enunciara Poggio Bracciolini em carta ao iniciador dos Descobrimentos, Henrique, o Navegador⁸¹; tornava-se necessário que a glória dos antigos se prolongasse nos novos heróis e assim se garantisse glória definitiva – que o seria tanto mais quanto se pudesse provar que nada era fruto do acaso, mas tudo se integrava em projecto de uma divindade que zela pelo Mundo com sabedoria harmoniosa.

Tal factor de engrandecimento sobreleva em Camões, com a particularidade de a vinculação com a antiguidade permitir integração que assegura facúndia épica por parte de uma divindade tutelar, Palas Atena, cuja protecção foi decisiva para o herói primitivo sair vencedor de todos os perigos; o testemunho dessa protecção, aliás, estaria concretizado pelo altar votivo que o herói ao chegar a *Olisipo* não teria deixado de aí erguer⁸².

Em F. Pessoa⁸³, o nome do fundador alarga-se, só por si, em mito – um “nada que é tudo”, porque, mesmo que lhe falte fundamentação histórica, fornece o impulso necessário para o projecto (mais do que para a gesta) de uma nação inteira em tempo de plenitude que cumpre a utopia e “conquista a Distância / Do mar ou outra”⁸⁴.

O recurso à memória do passado dá amplitude ao enobrecimento da cidade. A forma envolve complexidade poética, pois o processo contempla projecção especular de modo a transferir para a cidade do extremo ocidente a glória que a preservação da cidade do oriente, onde o herói lutara, teria mantido pelos tempos fora. *Olisipo* é a nova Tróia; o mito recupera, em projecção especular, e amplia para o futuro o que fora negado no ponto de partida à infaustosa cidade que não foi poupada ao incêndio e à destruição.

Efectivamente, Lisboa contrapõe-se a Tróia na figuração de Camões e de Pessoa; não é apenas o legado de um herói de passagem que lhe confere atributos, mas sim a imagem recuperada que a relança no futuro. É mais singela a construção de Resende, mas sobre ela se formam as construções dos outros. Por seu lado, o herói não se define pelo que destrói, mas pelo que resgata e repõe na harmonia do universo, alguma vez violada.

Lugar antigo tinha de ser Lisboa; os títulos de glória que os tempos recentes, no séc. XVI, lhe traziam, tinham de advir de um fundador, mais que de um conquistador, por muito insigne que ele fosse, pois a sua acção buscara legitimidade na reintegração do lugar naquilo de que andara afastado; se há transposição, ela é obra de um fundador: como tal, cabem ao novo local as prerrogativas do antigo⁸⁵.

Lugar extremo é também Lisboa: local longínquo (no fim do mundo – ponta da Europa), serve para erguer ao máximo o esforço do herói; local dos confins ocidentais é lugar propício para contraponto com cidade de partida (Tróia); é, por isso mesmo a Nova Roma e o seu herói não será o de um vencido, mas o de um triunfador da História (ardiloso para encontrar as estratagemas da vitória) e de um vencedor da Natureza (superando as adversidades da viagem pelo mar).

Lugar distante, Lisboa é mais que lugar de passagem Lisboa (ainda que também o seja), porque é lugar de radicação – traço significativo são as relações familiares que tornam o local propício para transmissão hereditária.

É por isso lugar de retorno: como regresso e como recuperação; lugar de regresso, porque o herói das aventuras por mar só no centro, em Ítaca (ou na Ilha dos Amores, em Camões), poderá concluir as suas façanhas e obter o canto que immortalize o herói e lhe confirme ter atingido a Sabedoria (como Cipião, no *Somnium* ciceroniano); lugar de recuperação se tornará quando o exercício da memória integrar os que ficaram a tomar conta do *Finisterra*.

Neste processo cultural, mais do que qualquer elemento material que pudesse certificar a passagem do herói por um lugar, é nobilitante que tenha ficado nome ou descendente – se ele levantou um templo, este só podia ser caduco e deixar para os vindouros testemunho em ruínas (tanto mais que outro culto havia surgido, entretanto). O nome, aliás, é tudo, porque só ele cabe na memória (e no *mito*) dos homens, aberto ao canto (*ode* que é *logos*) do poeta; o descendente instaura laços de sangue e de poder continuado.

7. Em conclusão. Mesmo que a crítica histórica obrigue a reconhecer que as origens não são certas e que o mito transborda para fora do quadro geográfico e histórico primitivo, havemos de reconhecer que se constitui uma comunidade de homens que a si mesmos se reconhecem no suposto epónimo da sua cidade e lhe dão continuidade de viajantes – que ostentam a marca de descobridores até aos confins do mundo, de onde sempre pretendem regressar. Ultrapassam a personagem mítica, que nunca pretendeu descobrir nada nem recolher nada e na distância escondeu o nome próprio (“Sou Ninguém” – responde ele ao Polifemo), que apenas desejou regressar ao seio da família tradicional e recupera a própria identidade no canto do aedo no palácio de Alcínoo. A esta memória passiva contrapõe-se uma memória activa – de reconhecimento de novos horizontes na recuperação do passado. Na audácia dos novos cometimentos, aqueles que evocam o fundador soltam amarras sobre um Novo Mundo e nessa atitude mostram a diferença: o protagonista de *Os Lusíadas* será o primeiro a contar a história do seu país e a reivindicar uma missão de descoberta – “Os Portugueses somos do Ocidente / imos buscando as terras do Oriente”. O Mediterrâneo deixa de ser um *Mare Clausum* para se prolongar num *Mare Infinitum*, a que preside o próprio Atlas que sustenta o mundo. Ulisses terá, no sulcar dos mares, mais que um sucessor, um contraponto que é

Hitlodeu, a figura, por certo desconhecida e faladora mas sem artimanhas, que Tomás Moro foi buscar à terra portuguesa para escrutinar a Utopia que os Descobrimientos colocaram à admiração da Europa. Às aventuras do mar sucede, não o mistério, mas o deslumbramento. O horizonte não é já apenas o mar sem fim, tenebroso e tremendo, mas um Mundo Novo em que os homens espalhados pelo orbe inteiro passam a estar ligados pelo mar oceano, em vontade de novo convívio e com a possibilidade de acolher as experiências dos povos mais longínquos, em admiração mútua e em confiança recíproca. A Europa ganha nova dimensão, o mundo assume também nova espessura e o Homem assegura novas capacidades: a maior delas será a de admiração frente aos outros, depois de se ter convencido da dignidade própria⁸⁶. A Europa regressa a si mesma, no dramatismo de reconhecer as suas próprias limitações, mas algo mais segura de que o mundo não termina no *Finisterra* euro-asiático. Na Utopia que se lhe abre (e que lhe traça Tomás Moro, mas Fernando Pessoa caracteriza), “os olhos com que vê são gregos”; “o rosto com que fita é Portugal”⁸⁷.

¹ A expressão pertence a uma autoridade da ciência geográfica, a quem me liga um convívio universitário de alguns anos, Orlando Ribeiro, *Mediterrâneo: ambiente e tradição*, Lisboa, 1987 (2ª ed.); Idem, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Estudo geográfico*, Coimbra, Coimbra Editora, Lda. - Col. “Universitas”, 1945, VIII + 246p., 5 mapas em fim de texto; 2.ª e 3.ª edições, revistas e actualizadas, *Portugal, o Mediterrâneo e Atlântico*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1990 (6ª ed.); *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*: fotografia de Jorge Barros, organização, legendas e sinopses de Suzanne Daveau, sinopses em espanhol, francês e inglês, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1993; Idem, *Mediterraneo. Ambiente e Tradizione*, Milão, U. Mursia & Co., 1972, 190 pp.; 2.ª edição em 1976.

² A comparação é do *Fédon* de Platão, no passo em que Sócrates dá uma lição de geografia a Símiias: a Terra é esférica, está no centro do mundo, é imensa, mas “nós que habitamos desde Fásis [extremidade do Mar Negro] até às Colunas de Hércules, não ocupamos mais que uma pequena parcela, postados em torno do mar, como formigas ou rãs em torno de um charco” (*Phaedon*, 109b).

³ A. Graf, *Miti, leggende e superstizioni del Medioevo*, Torino, 1893; Valerio Manfredi, *Le Isole Fortunate*, L’Erma di Bretschneider, 1993.

⁴ Não será necessário recordar que foi Erastóstenes (284 ca.-192 ca., a.C.), que sabemos, o primeiro a fazer uma representação geométrica da Terra, a calcular a circunferência da esfera celeste e a dividir a Terra em “climas”; Ptolemeu (90 ca. – 168, p.C) realizou uma *Imago Mundi* que foi a base da cartografia ao longo de séculos, definindo as coordenadas dos vários locais e a delimitar as zonas térmicas. No entanto, as delimitações não iam além do Atlas.

⁵ O mito apenas seria desfeito já no séc. XV: ultrapassado o Cabo Não, o rei português D. João II atribuiu ao navegador Diogo Cão como empresa para o seu brasão de armas as Colunas de Hércules tombadas, significando com isso que uma nova idade começara em que as empresas eram maiores que as dos antigos heróis. Quanto à localização das Colunas de Hércules, o lugar mais habitual era o da ilha de Cádiz. Não era menos apropriado o Promontório Sagrado, no extremo ocidental: o emblema da Universidade de Lisboa, ao assumir as armas da sua cidade, atrás da caravela de S. Vicente (que alude à chegada das relíquias desse Promontório, por iniciativa do primeiro rei de Portugal, em 1173) colocou duas colunas; o modo como elas estão postas é relevante para a referência de mito em causa – Lisboa, colocada para além das Colunas de Hércules.

⁶ Jean-François Mattéi, *Platon et le miroir du mythe, de l’âge d’or à l’Atlantide*, Paris, P.U.F., 1996; Pierre Vidal-Naquet, *L’Atlantide: Petite histoire d’un mythe platonicien*, Paris, Les Belles Lettres, 2005.

⁷ Num texto que há já algum tempo chamou a nossa atenção, Venâncio Fortunato celebra Martinho de Braga como novo Adão que no Ocidente encontrou um novo Éden. Cf. Aires A. Nascimento, “A Ocidente, o Paraíso”, *Euphrosyne*, 31, 2003, 9-30.

⁸ Como síntese actualizada de conhecimentos sobre a *Olisipo* romana veja-se Irisalva Moita, “O domínio romano”, in *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, Lisboa, 1994, pp. 35-68.

⁹ Orlando Ribeiro, *Mediterrâneo...*, op. cit., p. 216; acentua este autor que Marselha, Cartagena, Tânger, Cádiz, Lisboa são os pontos que escandem este alargamento para Ocidente; os cartagineses alargaram o comércio e possivelmente são os responsáveis pela destruição de cidades que se lhes opunham (caso de Tartessos, na foz do Bétis), mas aproveitaram também assentamentos indígenas que lhe terão facultado acolhida; Olisipo (que pertence a uma família de nomes hispânicos com terminação em *ipo*, provavelmente ibérica) estará neste último grupo e pertence a “estas cidades da beira-mar que

combinam, na escolha do sítio, uma baía abrigada e uma colina fragosa” (...) “que a expansão romana encontrou constituídas sem que pudesse servir os seus desígnios de expansão” nem os seus desígnios de circulação para domínio de território. As sedes de circunscrições romanas, a ocidente, além de Mérida, a capital da Lusitânia, eram Santarém / Scalabis, Beja / Pace (Augusta), Braga / Bracara. Lisboa não passaria de “um porto modesto num litoral distante e pouco frequentado”, mas nem por isso privado de expressões de vida cidadina (com as suas termas).

¹⁰ Não se estranhe que Plutarco, em finais do séc. I, colocasse mais longe a sua ubiqação: “a cinco dias da Grande Bretanha, para oeste”; o mundo ganhara contornos mais largos desde que os Romanos tomaram conta dele.

¹¹ François Hartog, que é autor de *Mémoire d’Ulisse: Récit sur la frontière en Grèce ancienne*, Paris, Gallimard, 1996, expõe as perspectivas acima referidas em entrevista a Aliette Armel, para *Magazine Littéraire*, nº 427, Jan., 2004, 24-26. Nessa mesma entrevista reconhece Hartog que Ulisses não é um navegador, mas apenas alguém obsediado pelo regresso, nota que será retomada por Jean Cuisenier, ib., pp. 32-34, que comenta o périplo de Ulisses, sem todavia, o colocar fora das Colunas de Hércules.

¹² Interpretam os comentadores que o poeta tem em mente a viagem dos irmãos Vivaldi, de Génova, às ilhas Canárias, mais concretamente à ilha de Alegranza, em 1291, sem daí regressarem, continuando o oceano a manter-se fechado.

¹³ Anotem-se os conteúdos do Congresso dedicado a “Ulisse 2000”, *Ulisse nel tempo. La metafora infinita*, cur. Salvatore Nicosia, Veneza, 2003 e retenha-se igualmente o périplo literário oferecido por Boitani Piero, *L’ombra di Ulisse. Figure di un mito*, Bolonha, Il Mulino, 1992: segundo a profecia de Tirésias, Ulisses é o símbolo de uma civilização marítima; para Políbio, ele é “conhecedor de cidades e de usos humanos”; para os romanos é o ardiloso (Virgílio, Horácio, Estácio) ou o modelo de qualidades (Cícero, Séneca); capaz de atingir os cimos da sabedoria e da contemplação, libertando-se da materialidade (Plotino e neo-platónicos) é para Hipólito de Roma a prefiguração de Cristo (pregado na Cruz, como Ulisses pregado no mastro do navio) e para Clemente de Alexandria a figuração do povo perdido no deserto. Ulisses é o modelo do homem engenhoso que desafia os limites. A reutilização do mito em tempos recentes, particularmente em Joyce, tem da parte de T. S. Eliot, em 1923, a recriminação de que “è simplesmente um modo de controlar, organizar e dar forma e significado ao imenso panorama de futilidade e anarquia que é a história contemporânea”. A limitação do mito está certamente na incapacidade de Ulisses em incorporar o diferente; o seu regresso é, sem mais, o voltar ao mesmo.

¹⁴ O texto grego foi impresso pela primeira vez em 1516: Strabo, *De situ orbis*, Venetiis: Aldus & Andrea Torresano, 1516. Ciculava, porém, a tradução latina de Guarino Veronese (Verona, c. 1370 / Ferrara 1460), completada por Gregorius Tiphernas.

¹⁵ Os equívocos eram mais que evidentes quando se deslocava o Cabo da Roca, ponta mais ocidental do continente euro-asiático, para o *Finis Terrae* que faz a separação entre o Atlântico e o “Mar Gálico”. Todavia, aos homens do mar era mais sensível a alteração de rumo que a medição de latitudes.

¹⁶ O tema estava na ordem do dia; cf. Damião de Góis, *Elogio da cidade de Lisboa – Urbis Olisiponis Descriptio*, ed., trad., com. Aires A. Nascimento, Lisboa, 2002.

¹⁷ Para um alargamento do tema, em datas posteriores, cf. Raul M. Rosado Fernandes, “Ulisses em Lisboa”, *Euphrosyne*, 13, 1985, 139-161.

¹⁸ “Ulixbona ab Idis seu Ulisse condita”, in *Actas del IX Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (A Coruña, 18-22 de septiembre de 2001)*, ed. Carmen Parrilla e Mercedes Pampín, Universidade da Coruña, 2005, vol. III, pp. 239-254.

¹⁹ Aires A. Nascimento, “Um novo testemunho do Passonário Hispânico: um códice lorvanense da primeira metade do século XII (Lisboa, ANTT, Lrvão, C.F. Livr. 16)”, in *Sub luce florentis calami – Homenaje a Manuel C. Díaz y Díaz*, ed. Manuela Domínguez García et alii, Santiago de Compostela, 2002, pp. 452-477. Considero que o manuscrito pode ser datado de c. 1140. Constitui o único testemunho do *Passonarium Hispanicum* existente em Portugal e vem alargar a tradição até agora registada por Pilar Riesco Chueca (ed.), *Pasionario Hispánico*, Sevilha, 1995.

²⁰ Apesar da data, merece atenção, pela riqueza de notas, a tradução do texto grego, a obra de Antonio García y Bellido, *España y los españoles hace dos mil años según la Geografía de Strabón*, Buenos Aires, 1945.

²¹ Em *De Antiquitatibus Lusitaniae*, obra póstuma (ed. D. Mendes de Vasconcelos, Évora, 1593; temos agora edição fac-similada, com introd., trad., coment. R. M. Rosado Fernandes, Lisboa, 1996; cf. p. 8 (do original).

²² *Geogr.* 3, 2, 13; cf. 3, 4, 4: “Não é de admirar que o poeta [Homero] descrevesse as viagens de *Odysseus* de uma maneira fabulosa, admitindo que a maior parte das suas façanhas tinham sido levadas a cabo para além das Colunas, no *Atlantikón Pélagos*. E não forja um conto de fantasia, pois os lugares e demais circunstâncias por ele referidas em pouco diferem dos historiadores”.

²³ Respeito aqui as formas e a respectiva acentuação utilizadas por A. García y Bellido, *op. cit.*

²⁴ *Geogr.* 3, 3, 1: “Fortificou Olysiþón na encosta do rio [Tejo], com o fim de ter passagem livre e transportar os aprovisionamentos necessários”.

²⁵ Embora não fosse capital de *conuentus* (*Scalabis* assumira essa função), era *Municipium Ciuium Romanorum*, com a prerrogativa do *ius Latii*; há quem não hesite em conceder-lhe atributos de segunda capital da Lusitânia (J. Leite de Vasconcelos, Hübner). Cf. Irisalva Moita, *loc. cit.*

²⁶ Plin., *NH* 4, 113. A designação oficial era *Olisipo*, embora a sua condição municipal, recordada por Plínio-o-Velho (*NH* 4, 117 *bis*), lhe desse o de *Felicitas Iulia Olisipo*. Terá sido elevada a *municipium* por Octaviano entre 31 e 27 a.C., não constituindo o *nomen* de *Iulia* prova suficiente de que a promoção se deva a Júlio César; cf. A. M. de Faria, “Plínio-o-Velho e os estatutos das cidades privilegiadas hispano-romanas localizadas no actual território português”, *Vipasca*, Aljustrel, 4, 1995, 89-99 (p. 93).

²⁷ Pomp. Mella, III, 1, 6: Sinus intersunt: et est in proximo Salacia; in altero, Ulyssippo, et Tagi ostium, amnis gemmas aurumque generantis.

²⁸ Solino, *Collectanea rerum memorabilium*, 23, 5-7: “In Lusitania promunturium est quod Artabrum alii, alii Olisiponense dicunt. Hoc caelum terras maria distinguit: terris Hispaniae latus finit: caelum et maria hoc modo dividit, quod a circuitu eius incipiunt Oceanus Gallicus et frons septentrionalis, Oceano Atlantico et occasu terminatis; ibi oppidum Olisipone Ulixi conditum, ibi Tagus flumen.”

²⁹ Marciano Capela, 6, 628-630, dirá: *Olisipone illic oppidum ab Ulixie conditum ferunt, ex cuius nomine promonturium, quod maria terrasque distinguit.*

³⁰ Isid., *Et.* 15, 1, 70: *Olisipona ab Ulixie est condita et nuncupata*

³¹ A sua identificação tem constituído problema; segundo as últimas conjecturas, tratar-se-á de Raul, ligado a Hervey de Glanville, talvez mesmo seu capelão. Cf. *A Conquista de Lisboa aos mouros – Relato de um Cruzado*, ed. Aires A. Nascimento, Lisboa, 2001, nota 3, pp. 153-154.

³² Não é de admirar que a redacção dos textos omitta autoridades, pois os cronistas não precisavam de ter com eles as fontes que teriam à sua disposição noutras circunstâncias. De facto, Lisboa não estava nos planos iniciais dos cruzados que se dirigiam à Palestina e por isso não traziam eles no seu horizonte informações activas sobre a cidade a que acabavam imprevistamente pôr cerco, a instâncias dos mandatários do rei português (o bispo de Porto, nomeadamente, que os acolhera na sua cidade).

³³ Na *Epistola Arnulfi ad Milonem episcopum Morinensem*, lê-se efectivamente: *Quae civitas, sicut tradunt historiae Sarracenorum, ab Ulixie post excidium Troiae condita.*

³⁴ O argumento da prescrição era invocado pelos muçulmanos, como se pode deduzir dos discursos que, de parte a parte, foram feitos nas conversões havidas e são objecto de relato nos textos da conquista.

³⁵ Desse aspecto nos ocupámos de outras vezes: cf. “Legendarium cisterciense: Lisboa, BN, Alc. 418-422”, in *A Iluminura em Portugal: identidade e influências* – Catálogo de Exposição (26 de Abril a 30 de Junho ‘99), Lisboa, Biblioteca Nacional, 1999, pp. 200-203.

³⁶ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L. F. Lindley Cintra, Lisboa, 1954, vol. II, p. 2, cap. VII: “E dizem algũus que este logar foi pobrado despois que Troia foi destroyda a segunda vez e que a começou de probrar huñ neto de Ulixes que avya esse mesmo nome Ulixes como o avoo; e que este morreo ante que fosse acabada de probrar e que mandou a hũa sua filha que havia nome Boa que a acabasse e que ella a acabou e que, depois que foy acabada, que ajuntou hũa parte do nome de seu padre ao seu e pos-lhe nome Lixboa”.

³⁷ Este aspecto é sublinhado por Mário Martins, “Ovídio na nossa Idade Média”, in *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa, 1983, pp. 85-94. O passo transcrito é do seguinte teor: “E por que le semejo aquel lugar mejor que los que fasta ally avia fallados, tomó deste su nombre Ulixes y este outro bona y ayuntolos y fiso dende uno y pusole a aquella çibdad que fasie y llamola Ulixbona”. As fontes de Afonso X estarão em obras como as de Vergílio, Ovídio, Justino, Rodrigo de Toledo.

³⁸ Na versão publicada do *Vocabularium*, o registo é muito simples: *Olisbona ciuitas ab Ulyxe condita* Papias Vocabulista, impressum Venetiis, 1496 = rep. anast., Torino, 1966. Não encontramos diferenças dessa versão nos manuscritos ao nosso alcance: no Fundo de Santa Cruz de Coimbra, hoje na Bib. Publ. Mun. do Porto, o volume correspondente ao lema respectivo desapareceu; no Fundo Alcobacense, hoje na Bib. Nac. de Lisboa, Alc. 425, o conteúdo do lema não tem qualquer elemento a mais que o da versão impressa. O registo não entra no *Catholicon* de Balbo e o tema não interessou outros cronistas hispânicos.

³⁹ Aires A. Nascimento, *Livro de Arautos / De ministerio armorum*, Lisboa, 1977, p. 249. Trata-se de um autêntico manual de diplomática para auxiliar na representação do seu país no concílio de Constança; nele tem lugar o elogio sistemático e intencional das glórias e qualidades dos lugares mais importantes da Europa do tempo. Seja-nos permitido remeter para o que escrevemos em “Prazer de viajar, arte de descobrir e de comunicar”, in *Per via – Miscellanea di studi in onore di Giuseppe Tavani*, Roma, 1997, pp. 195-204.

⁴⁰ Fizera-o imediatamente para o nome de Estremadura: “Stremadura sic electa vocata est eo quod melior diuicior et potencior omnibus aliis de regno partibus extitit”.

⁴¹ Trata-se de admitir o conhecido mito das éguas fecundadas pelo vento favónio do promontório olisiponense (Plin., *NH*, 8, 166); cf. R. M. Rosado Fernandes, “O vento, as éguas de Lisboa e os humanistas do Ocidente peninsular”, in *Primera Reunión Gallega de Estudios Clásicos*, Santiago de Compostela, 1981, pp. 375 ss.

⁴² Lorenzo Valla, *Historiarum Ferdinandi, regis Aragoniae libri tres*, Paris, 1521, f. 9: “In Portugalia Olisipona, quod nomen ab iis corrumpitur qui uelut ab Ulysse Ulixbonam dicunt, nescientes Ulyssis illius uiri nomen, sed sic a Latinis esse corruptum, praeterea Ulysem illuc non nauigasse. Postremo hanc uocem, se graecam originem sectari libet, ab equis dictam. (...) Opinor Homerum secutos qui iugales Achillis equos ad Oceanum Zephyro patre genitos tradit”.

⁴³ Assim efectivamente aparece nas fontes epigráficas; cf. Amílcar Ribeiro Guerra, *Nomes pré-romanos de povos e lugares do Ocidente peninsular*, (diss. doutoramento), Lisboa, 1998, p. 567-568.

⁴⁴ A origem do nome parece efectivamente outra: cf. Antonio Tovar, *Iberische Landeskunde*, II, Baden-Baden, 1976, pp. 266-268; Jürgen Untermann, “Zum Nachweis von Substratsprachen auf der Iberischen Halbinsel”, *Madridider Mitteilungen*, 41, 2000, 139-147. As opiniões dividem-se quanto ao que possa concluir-se da desinência *-ipo* (documentada também no topónimo *Collipo*, admitindo uns origem fenícia, limitando-se outros a declarar falta de liquidez para uma decisão.

⁴⁵ Em *Oratio pro rostris*, loc. cit.

⁴⁶ Em Plínio lia “Lusum enim Liberi patris aut Lyssam cum eo bacchantium nomen dedisse Lusitaniae” (*NH*, liv. III, 8).

⁴⁷ Esta versão faz parte do poema de André de Resende, *Vincentius, leuita et martyr*, Lisboa, 1545, f. Bviiij-viiij; escrito para Martinho Ferreira, ao tempo em que, por 1532, o autor se encontrava ainda em Bruxelas, apenas mais tarde é dotado pelo mesmo autor de um aparato de notas para responder “ad studiosos adolescentes”. A edição fotográfica feita por José V. de Pina Martins, Braga, 1981, apresenta largo estudo introdutório.

⁴⁸ No *Vincentius*, Resende aponta em nota que o tema da celebridade de Olisipo requer um desenvolvimento maior (*op. cit.*, n. 47, p. 48); não o leva a cabo no *De Antiquitatibus Lusitaniae*; cf. R. M. Rosado Fernandes (introd., trad., com. e fac-símile da ed. de 1593), *Antiguidades da Lusitânia*, Lisboa, 1996.

⁴⁹ Damião de Góis, loc. cit. (note-se a data de *Vrbis Olisiponis descriptio*, Évora, 1554).

⁵⁰ Strab., *Geogr.* 3, 2, 13.

⁵¹ *Ib.*, 1, 1, 5.

⁵² Antonio García y Bellido, “Las Islas de los Bienaventurados o Islas Afortunadas”, in *Veinticinco estampas de la España Antigua*, Madrid, 1967, pp. 47-57; Valerio Manfredi, *Le Isole Fortunate*, Roma, 1996. A análise do mito admite o cruzamento de tradições diversas que Hesíodo terá recolhido de fontes derivadas do Egipto e das aventuras dos navegantes fenícios (não sendo provavelmente a designação grega outra coisa que a transposição do nome Melkart cujo culto se teria implantado já numa das ilhas atlânticas). Em Horácio (*Epod.* 16, 41-64) elas são *Insulae Beatae*, situadas no extremo ocidente, onde a paz seria a promessa cumprida pelos deuses em favor dos mortais.

⁵³ Aires A. Nascimento, “Ilhas Afortunadas: um nome feito de sonhos”, in *As Ilhas e a Mitologia – Livro de comunicações de Colóquio*, Funchal, 1998, pp. 19-31; Marcos Martínez Hernández, *Las Islas Canarias – de la Antigüedad al Renacimiento – Nuevos aspectos*, Tenerife, 1996; Serafín Moralejo, “Las Islas del Sol. Sobre el Mapamundi del Beato del Burgo de Osma”, in *A imagem do mundo na Idade Média – Actas de Colóquio Internacional*, ed. Helder Godinho, Lisboa, 1992, pp. 41-61.

⁵⁴ Aires A. Nascimento, *A Navegação de S. Brandão nas fontes portuguesas medievais*, Lisboa, Colibri, 1998.

⁵⁵ Integrámos também este texto em *Navegação de S. Brandão...*; cf. ed. cit.

⁵⁶ A lenda de Rodrigo, último rei visigodo, refugiado a Ocidente, pertence a uma tradição que nasce no séc. X e é recolhida pela Crónica de Afonso III; é possível que, na origem esteja o facto de, com o afastamento do emirato se tivesse gerado um sentimento de autonomia seccionista. Note-se, todavia, que nesse texto, a última estância do rei teria sido a cidade de Viseu. Cf. *Crónicas Asturiana – Crónica de Alfonso III (Rotense y «A Sebastián»)*, ed. Juan Gil Fernández, Oviedo, 1985, nº7, p. 121-123.

⁵⁷ A referência consta da crónica da conquista de Lisboa, escrito pelo cruzado inglês; cf. ed. cit.

⁵⁸ Cf. *Navegação de S. Brandão...*; cf. ed. cit., pp. 58 ss.

⁵⁹ Venâncio Fortunato, *Carminum libri*, MGH, Auct. Ant. IV, 101-106 (Barlow, *Martini Bracarenensis Opera omnia*, pp. 294 ss.): “sicut ad Orientem Eden a principio ita decurso saeculo alterum ad occasum deus plantasset Elysium, in quo fortior Adam, id est Martius Martinus, inexpugnabilis accola, Christi fide ditior uiueret, perpetuo seruante mandato”.

⁶⁰ Fernando González Muñoz, *La Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana (ms. Paris BN 6113) – edición crítica, traducción y estudio*, A Coruña, 2000.

⁶¹ A sequência na lista (cf. *ib.*, p. 55) não oferece dúvidas: *Sintara, Santarin, al-Usbuna*. Anote-se que autores houve, nomeadamente Bochart, que pretenderam atribuir ao nome de Lisboa a etimologia do fenício *alis ubbo* que significaria “aprazível golfo de mar”.

⁶² PL 94, 1059, em anotação: *Elissipona civitate*; cf. PL 124, 525. A crítica considera que tal Martirologio recolheu materiais hispânicos para os acrescentar a um outro anterior, da autoria de Beda em tempos finais do séc. VIII. Cf. R. Aigrain, *L'Hagiographie: ses sources, ses méthodes, son histoire*, Paris, 1953, pp. 56 ss. Os dados documentam-se também no Martirologio de Usuardo; cf. *Martirologio de Usuardo – Museu Diocesà de Girona*, Barcelona, Moleiro, 1998 (fac-símile, com estudo complementar).

⁶³ *Pasionario Hispánico*, introd., ed. crítica y trad. Pilar Riesco Chueca, Sevilha, Universidade, 1995, pp. 266-269. De facto, ao assinalar-se o lugar do martírio, a lição mais habitual dos manuscritos é: *in Olisiponem ciuitatem qua in Oceani litore ab id esse conditam memorat et retexet antiquitas*. O manuscrito *To* (Toledo, do séc. XIII), ao servir-se do exemplar de S. Pedro de Cardeña, já tinha eliminado o inciso *ab id esse conditam* (por não ser compreensível). Na edição, a responsável recupera a lição, mas corrige *ab id* por *ab Ulix*. O processo de recuperação textual ficou demasiado simplificado com tal substituição.

⁶⁴ Lisboa, ANTT, CF 16, fl. 207r – *Passio beatissimorum martirum Verissimi, Maxime et Iulie qui passi sunt Olixbona die kalendas octobris. Incip.* Quum per uniuersas prouincias ad romanum imperium pertinentes paganorum iussione principum christianitatis persecutio deseiret nec esset omnino in urbe angulus in quo non uere religionis ardorem idolorum cultura niteretur extinguere in Olixbonensem ciuitatem que in oceani littore et Tagi fluminis ripa ab Idis seu Ulix conditam memorat et retegat antiquitas, tres Christo nostro martires pagani presulis nefarii tunc persecutio consecrauit.

⁶⁵ O brilhante estudo de María Rosa Lida de Malkiel, *Dido en la literatura española: su retrato y defensa*, Londres, 1974, leva-nos para tempos mais adiantados. Retenha-se, no entanto, o elenco de traços que a figura de Dido vai adquirindo ao longo dos tempos, desde Timeu a Ausónio, passando por Vêrgílio, Ovídio, Juvenal, Macróbio e escritores eclesiásticos, Tertuliano, Jerónimo. O nome poderia sugerir argumentos para os defensores de uma eventual origem fenícia de Lisboa; todavia, nada a confirma – ainda que alguns elementos de arqueologia possam documentar a passagem de homens daquela origem; menos ambicioso fora Sílio Itálico, pois permitira-se ele indicar que o escudo de Aníbal está recoberto de ouro do Tejo para dar mais relevo aos motivos que são a fundação de Cartago por Dido, o acolhimento feito a Eneias, o encontro amoroso de ambos, a partida de Eneias e a morte de Dido na pira (II, 406-425). A verdade, porém, é que nada nos garantia que alguma leitura de qualquer texto tivesse pretendido associar a rainha de Cartago à fundação da cidade mais ocidental.

⁶⁶ A explicação é retomada por Marciano Capela, 6, 628: “Cui [Lusitaniae] nomen fabula a lusu Liberi patris uel cum eo bacchantium sociauit”.

⁶⁷ Mais tarde os humanistas hão-de promover substantivos comuns a nomes próprios em *Lusus* e *Lyssa*, para criar novos epónimos; é o *Vocabularium* de Papias (que embora do séc. XI utiliza fontes anteriores), que permite chegar a *Liber* identificado com *Bacchus* e este com *Elius*.

⁶⁸ A hipótese de associação com *Idaeum*, *id est Phrygium ab Ida*, ainda que nos aproximasse de Plínio, *HN*, 3, 1, 8: “In uniuersam Hispaniam M. Varro peruenisse Hiberos et Persas et Phoenices Celtasque et Poenos tradit”, afigura-se-nos simples exercício que não julgamos poder atribuir ao autor da *Passio Verissimi*.

⁶⁹ Gabriel Pereira de Castro, (1571-1632), no seu poema heróico, em oitava rima, *Ulisseia ou Lisboa Edificada* publicado por seu irmão, Luís Pereira de Castro, em 1636 (nova edição com comentário por José António Segurado e Campos, Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, vol. I-II, 2000- 2004); Manuel Severim de Faria (1582-1655), *Noticias de Portugal*, 2ª ed., acrescentadas pelo Padre D. Jozé Barbosa, Lisboa Occidental: na Off. de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740; *Lusíadas de Luís de Camões* comentadas por Manuel de Faria e Sousa, Madrid, 1639 (Lisboa, 1972); Bernardo de Brito, *Monarquia Lusitana*, I, Alcobaça, 1597 (Lisboa, 1973); A. Sousa de Macedo, *Ulyssipo – Poema Heroico*, Lisboa, 1640; Ignacio da Piedade e Vasconcelos, *Historia de Santarém edificada que dá notícia da sua fundação e das couzas mais notáveis nella sucedidas*, Lisboa, 1740. Juan de Mariana, *De rebus Hispania*, Toledo, 1592, liv. I, cap. XIII; em tradução, *Historia General de España*, Valência, 1783. Interpreta o P.e Mariana o nome de Hábdis: “que quer decir, en la lengua hebraica, el que estava perdido”. Interpreta Diego Vázquez Otero, *Tradiciones Malagueñas*, Madrid, 1947, que a vida de Hábdis num primeiro momento se passa na Serranía de Ronda, na Andaluzia. Em 1924, Ortega y Gasset, sob o título de *Abejas milenarias*, faz notar a existência de uma pintura rupestre onde se nota um homem apostado em crestar mel de uma colmeia natural cavada na rocha. A lenda inspirou Fernando Sánchez Dragó, *Gárgoris y Hábdis*, Madrid, 1978.

⁷⁰ Segundo outras versões da lenda, o filho seria fruto de uma relação incestuosa de Gárgoris com sua filha.

⁷¹ O motivo da criança, de família real, abandonada por razões de suspeita ou medo de consequências funestas tem expressões várias e longínquas: pertence à tradição romana (mito de Rómulo e Remo), na tradição grega (mito de Perseu, mito de Anfion e Zeto, fundo da cidade de Tebas, mito de Páris, mito de Télefo, mito de Édipo), tradição babilónica (Ciro, na versão de Heródoto, I, 107-123), na tradição indiana (herói Karna). Traduz, pela negativa, a prática do reconhecimento da criança por parte do pai e bem assim a eliminação do herdeiro interessado no poder.

⁷² Cf. *Os Lusíadas*, III, 55; para uma explicação da forma, veja-se F. Rebelo Gonçalves, “A propósito de uma versão latina do topónimo camoniano *Scabelicastro*”, in *Obras Completas*, vol. III, Lisboa, Fund. Gulbenkian, 2002, pp. 135-145. Posteriormente, a cidade tomaria o nome de *Santarém*, topónimo que revelaria o culto a Santa Irene ou Iria, cujo corpo teria aí chegado, após de ter sido lançado ao rio Nabão, em Tomar. A cidade tinha os seus pergaminhos históricos, pois, ao contrário de Lisboa fora cabeça de *conuentus* romano. Cf. Plínio, *Nat. Hist.*, IV, 22 (35): “Quinta [colonia] est Scalabis quae Praesidium Iulium uocatur». A forma tem uso posterior, nomeadamente em Isidoro, *De uiris illustr.*, cap. 44: “Scalabi natus”.

⁷³ Para todos os efeitos, Ábide é o rei que organiza o seu povo segundo leis sábias, ensina a servir-se da agricultura e a deixar a caça e pastorícia. A apropriação portuguesa é paralela à adopção da lenda de Ulisses e transposição para Lisboa de dados que nas fontes se relacionam com a cidade do Sul hispânico; é facilitada pela homografia de nomes, em derivações etimológicas fantasiosas: segundo as conveniências o nome de Ábide é tomado como sendo de origem hebraica – significando “o que andava perdido”; Gárgoris é interpretado como “melícola – o que recolhe o mel”. O seu carácter pode ser pacífico (de quem organiza a vida do seu povo) ou guerreiro (teria posto fim à cidade / reino de Tartessos). Teria tido como sucessor a Gerião (a quem é atribuído na lenda uma figura monstruosa, mas ela mais não significaria que qualidades de vigilância sobre um território altamente produtivo e cobiçado – pelo próprio Hércules, que vem ao Ocidente lutar com ele e pretensamente libertar o povo de um tirano).

⁷⁴ A lenda de Hábis / Hábide é afluída por Helena de Carlos Villamarín, *Las Antigüedades de Hispania*, Spoleto, CISAM, 1996. Outra legenda de epónimo grego para um topónimo de Lisboa é a que liga o nome de Aquiles ao de Chelas, hoje freguesia de Lisboa (a partir de semelhança da forma Achelas reajustada sobre Chelas); cf. Helena de Carlos Villamarín, “Mitos fundacionales de la Península Ibérica entre la historiografía medieval y la del temprano Humanismo”, *Euphrosyne*, 23, 1995, 247-258. A tradição também aí é tardia.

⁷⁵ L. A. García Moreno, “Colónias de comerciantes orientales en la Península Ibérica, s. V-VII”, *Habis*, 3, 1972, 141-148.

⁷⁶ É a correspondência de S. Cipriano, bispo de Cartago que permite reconstituir relações da comunidade cristã emeritense com Cartago: *Ep. 67* (CSEL, III). O apelo feito pela Igreja emeritense em momento em que o bispo local claudica perante as exigências de Décio (subscrevendo o *libellus precum*) deixa supor que havia laços estreitos entre as duas comunidades e que possivelmente eles eram de filiação (muito embora Paulo, na epístola aos Romanos, deixe entender o seu desejo de viajar até à Hispânia, nada permite documentar que tal viagem se concretizou). Há outros indícios de uma relação muito estreita entre as duas Igrejas: o culto de santa Eulália de Mérida expandiu-se por África; em contrapartida, os cultos dos mártires africanos têm testemunhos ocidentais; além disso, os nomes dos bispos ocidentais reflectem formas de origem africana (Renovato – Mérida; Servodei – Caliábria; Bonifa / Bonifácio – Cória; Donato – Cória; Adeodato – Beja; Reparato – Viseu). Cf. Luis A. García Moreno, “Iglesia y cristianización en Portugal en la Antigüedad (siglos III-V)”, in *Actas do Congresso Internacional de História – Missão portuguesa e encontro de culturas*, Braga, 1993, vol. I, pp. 227-245.

⁷⁷ São de data posterior as personalidades que ficaram à frente das igrejas de outras cidades. Potâmio, segundo D. Rodrigo da Cunha, *História eclesiástica da Igreja de Lisboa*, Lisboa, 1642, seria o quinto bispo da cidade de Lisboa, numa sucessão em que o primeiro teria sido Mâncio, discípulo de Cristo; a este teria pertencido a organização de uma primitiva comunidade cristã a cujos destinos teria presidido entre 36 e 106; ficção completa que há que considerar no plano da lenda dos “Varões apostólicos”. O martírio de Veríssimo, Máxima e Júlia, durante a perseguição de Diocleciano (302-305) é certamente o dado fundamental para assegurar a existência de uma comunidade cristã organizada em princípios do séc. IV.

⁷⁸ R. Menéndez Pidal, *La épica medieval española desde los orígenes hasta su disolución en el Romancero*, ed. D. Catalán, Madrid, 1992, p. 124.

⁷⁹ André de Resende, *Vincentius Leuita et Martyr*, Lisboa, 1545 (o poema foi possivelmente composto em 1531, sendo-lhe anexado posteriormente um aparato de notas de comentário); ed. fac., Braga, 1981. A versão é idêntica à que consta da *Oratio pro rostris*, com que o autor abriu o ano académico na

Universidade de Lisboa, em 1534 (ed. Artur Moreira de Sá, com trad. e notas de M. Pinto de Meneses, Lisboa, 1956).

⁸⁰ O passo que interessa reter é: I, 6, In Portugallia Olisipona, quod nomen ab iis corrumpitur qui velut ab Ulixee Ulixbonam dicunt, nescientes Ulixem non fuisse illius viri nomen, sed sic a Latinis esse corruptum, preterea Ulixem illuc non navigasse, postremo hanc vocem, si grecam originem sectari libet, ab equis ductam. Ibi enim a multis est Grecorum Latinorumque traditum equas Favonio, qui idem Zephyrus est, flanti obversas tempore certo concipere eumque partum esse pernicissimum, licet triennium non excedat. Opinor Homerum secutos, qui iugales Achillis equos ad Oceanum Zephyro patre genitos tradit. *Laurentii Valle gesta Ferdinandi regis Aragonum*, cur. Ottavio Besomi, In aedibus Antenoreis, Patavii, 1973. À disposição de Resende podiam estar duas edições: Laurentius Valla, *Historiarum Ferdinandi regis Aragoniae libri tres*. Rom, Marcellus Silber alias Franck, 1520; *Laurentii Vallensis, Patritii Romani, Historiarum Ferdinandi Regis Aragoniae Libri Tres*, Paris, Ex aedibus Simonis Colinaei (S. De Colines), 1521.

⁸¹ Aires A. Nascimento, *O Diálogo de André do Prado com o Infante D. Henrique: o Horologium fidei* (Apêndice: André do Prado, *Horologium fidei* - Prefácio; Poggio Bracciolini, *Carta ao Infante D. Henrique, Duque de Viseu*), Viseu, Câmara Municipal, 1994. Trata-se da carta III, 6, da edição de Poggio Bracciolini, *Lettere*, Firenze, 1987, pp. 88-90.

⁸² “Vês outro que do Tejo a terra pisa, / De[s]pois de ter tão longo mar arado, / Onde muros perpétuos edifica, / E templo a Palas, que em memória fica.” / Ulisses é o que faz a santa casa / À Deusa que lhe dá língua facunda; / Que, se lá na Ásia Tróia insigne abrasa / Cá na Europa Lisboa ingente funda” (*Lus. VIII.4. 5-8 e 5.1-4*).

⁸³ Faz parte da *Mensagem*, II. “Os Castelos. Primeiro / Ulisses”. Eis o poema por inteiro: “O mytho é o nada que é tudo. / O mesmo sol que abre os céus / É um mytho brilhante e mudo – / O corpo morto de Deus, / vivo e desnudo. // Este que aqui aportou, / Foi por não ser existindo. / Sem existir nos bastou. / Por não ter vindo foi vindo / E nos creou. // Assim a lenda se escorre / A entrar na realidade, / E a fecundal-a decorre. / De nada, morre. Cf. Fernando Pessoa, *Mensagem – Poemas esotéricos*, coord. José Augusto Seabra, 2ª ed., Madrid, ALLCA XX, 1996.

⁸⁴ A expressão de F. Pessoa, *Mensagem*, II, 12. A complexidade do poema foi apontada por diversas leituras, anotadas em Maria Helena da Rocha Pereira, “Ulysses e a *Mensagem*”, in Fernando Pessoa, *Mensagem – Poemas esotéricos...*, ed. cit., pp. 303-313.

⁸⁵ Os *furta sacra* têm neste processo de transferência uma função que só recentemente foi compreendido; Cf. Patrick J. Geary, *Furta Sacra: Thefts of Relics in the Central Middle Ages*, Princeton, 1991.

⁸⁶ À obra de Pico della Mirandola, *De dignitate hominis* associamos a voz de Camões que canta o homem como “bicho da terra vil e tão pequeno” (Canção VII). Leia-se o poema de Camões, *Os Lusíadas*, como obra de maneirismo em que está evidente o dramatismo interior do homem que se interroga sobre si mesmo na dicotomia de mesquinho e grandioso; não se lhe retire, porém, o enunciado do deslumbramento perante as maravilhas da natureza e das civilizações de povos distantes.

⁸⁷ F. Pessoa, no poema inicial de *A Mensagem*, “O dos Castelos”, desenha “A Europa (...) posta nos cotovelos / De Oriente a Ocidente (...) fitando / E toldam-lhe românticos cabellos / Olhos gregos, lembrando (...). / Fita, com olhar sphyngico e fatal / O Occidente, futuro do passado. / O rosto com que fita é Portugal”.